

1 Ata da quatrocentésima sexagésima sétima reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de  
2 Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia oito de outubro de 2025, na sala de reuniões do Centro de  
3 Referência Especializado de Assistência Social - Creas, situada à Rua Cássio Magnani, 525, bairro  
4 Centro, em caráter ordinário. Estiveram presentes os seguintes **conselheiros titulares: Adenilson**  
5 **Lopes de Queiroz, Daniela Aparecida Batista Horta e Francisco Lourenço Araújo**  
6 (representantes dos usuários); **Diego Ferreira Vieira, Durcilene Regina Teles e Maria Ivanete**  
7 **Luiz dos Santos** (representantes dos trabalhadores do Suas); **Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios**  
8 (representante da Adra Sudeste); **Livia Fernanda Firmino** (representante da Rede Cidadã); **Karen**  
9 **Flávia Figueiredo Batista** (representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social -  
10 SEMDS); **Laís Cristina Seabra** (representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED);  
11 **Bruna Laponez da Silveira** (representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA); **Marilane**  
12 **Quaresma da Costa Teles** (representante da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD) e  
13 **Ana Paula Silveira Lima** (representante da Secretaria Municipal de Habitação - SEMHA).  
14 Participaram os seguintes **conselheiros suplentes: Adriel Isac Leite Oliveira** (representante dos  
15 trabalhadores do Suas); **Luciana Aparecida Pereira Oliveira Loyola e Diego Dias de Castro**  
16 (representantes da SEMDS); **Jaqueline Patrícia Roberto** (representante da Secretaria Municipal de  
17 Educação - SEMED); **Livia Izabela Martins Garcia** (representante da SEMSA) e **Cláudio Geraldo**  
18 **Augusto** (representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAN). Participaram como  
19 convidados: **Isabele Leopoldo** (representantes da UAI Mata do Jambreiro); **Bruno Penido** (do  
20 Gabinete da Vereadora Viviane Matos); **Ludson Rocha Martins** (Coordenador da Vigilância  
21 Socioassistencial); **Caroline Soeiro Lanna** (representante da Diretoria de Proteção Social Básica -  
22 PSB); **Pedro Adamastor Henrique** (Coordenador do Creas Centro). A Secretaria Executiva esteve  
23 representada pela servidora **Kelma Cristina de Oliveira Chaves** (assistente administrativo).  
24 Constatando quórum, a presidente Maria Ivanete deu início aos trabalhos apresentando a pauta do  
25 dia, qual seja: 1- Leitura e aprovação da pauta do dia; 2- Deliberação sobre a leitura da ata em reunião  
26 ou envio do mesmo previamente para leitura e observações prévias; 3- Aprovação da ata nº 466; 4-  
27 Esclarecimentos da Gestão sobre as parcelas bloqueadas do Piso Mineiro; 5- Retorno da Gestão sobre  
28 a entrega do PPA e LOA de 2026; 6- Esclarecimentos sobre a indisponibilidade do auxílio Kit  
29 Natalidade nos equipamentos Cras e Creas; 7- Deliberação sobre a denúncia de vereador referente ao  
30 Acolhimento Institucional; 8- Formação da Comissão Eleitoral para Eleição de cargos vacantes do  
31 CMAS; 9- Informes referentes a: impugnação do Chamamento nº 07/2025; Valor atualizado do  
32 benefício do aluguel social e Horário das Plenárias e descentralização das mesmas. Maria Ivanete  
33 colocou em **votação a pauta do dia. Isabele** solicita que o item 7 da pauta, que se refere à deliberação  
34 sobre a denúncia do vereador acerca do Acolhimento Institucional seja invertida para o segundo ponto  
35 de pauta, o que todos concordam. Em seguida, **Durcilene** solicita que o item 4 da pauta seja alterado  
36 de 'esclarecimentos' para 'deliberação', tendo em vista que, segundo ela, tudo o que é apresentado  
37 na pauta do Conselho é para ser debatido e deliberado, não sendo adequado, então, o termo

38 ‘esclarecimento’ o que todos concordam, sendo a ata do dia **foi aprovada pelos conselheiros**  
39 **Adenilza, Daniela, Francisco, Durcilene, Maria Ivanete, Diego Ferreira, Fabiana, Livia**  
40 **Fernanda, Karen, Bruna, Jaqueline, Marilane e Ana Paula.** A presidente Maria Ivanete passa a  
41 palavra para Isabele, a fim de que ela apresente os fatos acerca da denúncia realizada pelo vereador  
42 Wesley ao Acolhimento Institucional. **Durcilene** questiona se o vereador foi convidado, o que **Maria**  
43 **Ivanete** responde que não sabe dizer, mas acredita que não. **Isabele** informa que esteve na última  
44 reunião do Conselho falando sobre a denúncia do vereador ao Acolhimento Institucional e diz que foi  
45 enviado ofício ao Ministério Público informando como se deu a visita e as orientações repassadas ao  
46 vereador e ela acredita que o vereador já foi notificado pelo Ministério Público. Cópia do ofício foi  
47 enviada também ao CMAS. Isabele reafirma o compromisso de proteção dos acolhidos, informando  
48 que a instituição está com o número de 20 acolhidos e com equipe técnica completa. Convida o  
49 plenário a realizar uma visita ao Acolhimento para conhecer a estrutura da casa, o método de trabalho,  
50 a articulação com os demais serviços e agenda da equipe técnica, a fim de compreender o trabalho da  
51 equipe junto ao acolhidos. Segundo ela, há necessidade de melhorias, no entanto não há violação de  
52 direitos. Os acolhidos estão envolvidos em atividades no território e utilizam os serviços de Saúde e  
53 Educação. Ressalta a importância dos conselheiros estarem conhecendo o Acolhimento Institucional.  
54 **Maria Ivanete** comunica que nesta data foi deliberado pela Mesa Diretora a criação de uma comissão  
55 para uma visita e fiscalização, pontual, do trabalho realizado no Acolhimento Institucional, bem como  
56 dos pontos relevantes identificados e os encaminhamentos a serem realizados. **Durcilene** solicita  
57 esclarecimentos acerca da Comissão criada, pontuando que não deveria ser criada uma Comissão,  
58 uma vez que acredita que isto já seja atribuição da Comissão de Normas. **Caroline** sugere a criação  
59 de um Grupo de Trabalho junto à Comissão de Normas e Fiscalização, o que **Durcilene** concorda,  
60 assim como os demais. **Maria Ivanete** pontua que na plenária de hoje a Secretária Executiva não está  
61 presente e ela deverá esclarecer acerca da Comissão adequada e seus objetivos para a fiscalização do  
62 caso em tela. **Kelma** retoma o nome dos componentes da referida Comissão, a saber, Luciana  
63 Oliveira, Beatriz, Adriel e Sandra Tibo, estando apenas Adriel presente na plenária. **Maria Ivanete**  
64 pergunta se há o interesse de mais algum membro em participar da visita ao Acolhimento. **Caroline**  
65 pontua sobre o cuidado de se ter um número menor, mas satisfatório de pessoas, para fazer parte do  
66 Grupo de Trabalho. Ela sugere que seja consultado e compartilhado as funções da Comissão de  
67 Normas para que todos se apropriem e saibam do que se trata. **Maria Ivanete coloca em votação a**  
68 **formação do Grupo de Trabalho junto à Comissão de Normas, sendo dois membros da**  
69 **Comissão e dois membros que não sejam da Comissão** e, ainda, ressalta a importância de se  
70 considerar a composição paritária, com dois membros governamentais e dois membros não  
71 governamentais, ficando deliberado um total de 4 pessoas. Dessa forma, os membros escolhidos  
72 foram **Adriel e Fabiana (sociedade civil), Jaqueline e Karen (governo).** **Isabele** agradece o convite  
73 e apoio do Conselho e reforça o convite ao Acolhimento Institucional. **Durcilene** relembra a intenção  
74 de elaborar uma Nota de Repúdio sobre a situação da denúncia do vereador, o que **Maria Ivanete**

75 relata que não foi discutido na Mesa Diretora. **Maria Ivanete** anota a demanda e relata que passará  
76 para a Secretária Executiva verificar os trâmites. **Isabele** retoma sua fala e informa sobre a aprovação  
77 do Família Acolhedora e ressalta o ganho desta deliberação para o município e faz uma breve  
78 explanação de como funciona o programa. **Ludson** pontua sobre a complexidade de implantação do  
79 Família Acolhedora, tendo em vista a importância da mobilização e parceria entre Gestão, Conselho  
80 e comunidade na sua construção. **Caroline** solicita que o CMAS envie os programas da Guarda  
81 Subsidiada e da Família Acolhedora que foram deliberados, a fim de que todos conselheiros tenham  
82 conhecimento. Depois de mais algumas considerações diversas sobre os critérios de ingresso das  
83 famílias nos programas Isabele encerra sua participação. **Durcilene** solicita mais uma deliberação  
84 acerca da nota de repúdio sobre a denúncia contra o Acolhimento Institucional. Solicita que seja  
85 considerado que por falta de Secretaria Executiva a Nota de Repúdio tem estado prejudicada.  
86 **Caroline** diz que isto não pode ser afirmado. **Durcilene** sugere que seja verificado junto a quem já  
87 foi secretário executivo pelo interesse na vaga. **Caroline** ressalta que foi feita uma mobilização junto  
88 aos servidores efetivos dos equipamentos e, até então, não surgiu nenhum interessado. **Durcilene**  
89 pontua sobre a complexidade das funções da Secretaria Executiva e sugere uma gratificação para tal  
90 função. **Ela ainda sugere que a Gestão seja oficiada sobre a reposição da segunda vaga da**  
91 **Secretaria Executiva e o prazo para tal, o que fica deliberado com votação a favor do envio de**  
92 **ofício à Gestão.** **Maria Ivanete** passa ao ponto de pauta que se refere à deliberação sobre a leitura  
93 da ata em reunião ou envio da mesma previamente para leitura e observações prévias. Kelma descreve  
94 a experiência anterior do CMAS, na qual a Secretaria Executiva relatava que não teria tempo hábil  
95 para a elaboração e envio, com uma semana de antecedência, da próxima plenária. Ainda segundo  
96 Kelma, outro ponto negativo sobre o envio antecipado da ata seria que os convidados para a plenária  
97 não teriam acesso à ata, antes dela ser aprovada e publicada. **Durcilene** pergunta sobre a possibilidade  
98 da gravação das reuniões e Kelma esclarece que o programa está em processo de compra no Setor  
99 Financeiro. **Durcilene** ainda pergunta sobre o formato híbrido das reuniões do Conselho e Kelma  
100 relata que também foi uma opção de não se fazer reunião híbrida, tendo a dificuldade de algumas  
101 pessoas acompanharem virtualmente. **Maria Ivanete** pontua que este seria um ponto de pauta não  
102 incluído nesta data e retoma a discussão acerca da deliberação sobre a leitura da ata em reunião ou  
103 envio do mesmo previamente para leitura e observações prévias. **A maioria dos conselheiros votam**  
104 **pelo adiamento da votação de como se deve dar a validação da ata, propondo que essa discussão**  
105 **seja feita junto à Revisão do Regimento Interno do CMAS. A maioria dos conselheiros, também**  
106 **sugerem que a discussão acerca da questão das reuniões em modalidade híbrida, aconteçam no**  
107 **momento de revisão do Regimento Interno do CMAS. Fabiana sugere que a Mesa Diretora se**  
108 **organize para tal discussão e sugere que este ponto seja inserido na pauta da próxima reunião,**  
109 **tendo em vista a avaliação do regimento pelas Comissões, em especial da Comissão de Normas**  
110 **e Fiscalização, o que todos aprovam.** **Kelma** pergunta se todos possuem o Regimento Interno, o  
111 que todos respondem que sim. Solicita que todos leiam e já enviem as observações para que seja

112 repassado à Mesa Diretora, para início da discussão. Kelma inicia a leitura das ressalvas da última  
113 reunião, porém, **Ana Paula** e **Maria Ivanete** sugerem que isso seja feito na próxima reunião, uma  
114 vez que **Maria Ivanete** pontua que algumas de suas falas foram suprimidas e outras foram trocadas  
115 citando o nome da Letícia. Conclui-se que não é possível aprovar a ata da última reunião neste  
116 momento e passa ao próximo ponto da pauta. **Ludson** inicia a explicação sobre repasse do Piso  
117 Mineiro pelo Estado e relata que o ano de 2024 do município de Nova Lima está pendente a prestação  
118 de contas e isso produziu um efeito cascata nas prestações posteriores. Relata que também há uma  
119 correção a ser feita no ano de 2016. Segundo Ludson, em 2025 não houve nenhum repasse feito pelo  
120 Piso Mineiro. A SEDESE informou que, sendo feita a regularização da prestação de contas, ainda em  
121 2025, o município poderá receber os valores retroativos. **Durcilene** questiona acerca de qual foi a  
122 irregularidade constatada e **Ludson** relata que foi identificado um erro de lançamento de rendimentos.  
123 De acordo com ele, na próxima reunião do Conselho, a Gestão irá apresentar o documento com as  
124 devidas retificações. **Maria Ivanete coloca em votação que a Gestão irá apresentar o documento**  
125 **com as devidas retificações na próxima reunião do Conselho, sendo aprovado.** Passa para o  
126 próximo ponto de pauta e **Ludson** inicia o retorno da Gestão sobre a entrega do PPA e LOA de 2026.  
127 Esclarece que este envio depende do Gabinete do Prefeito e Câmara, uma vez que o orçamento de  
128 toda a prefeitura deve estar pronto. Não há uma previsão exata da data. **Durcilene** pontua que o que  
129 é dito é que no Conselho deve haver uma discussão do PPA e não há como haver discussão e  
130 deliberação do que vem pronto. O que acontece é uma apresentação. Não foi verificado se o que foi  
131 deliberado na Conferência foi contemplado no PPA e LOA, uma vez que o Conselho não teve acesso  
132 ao documento ainda. **Durcilene** sugere que officie a Câmara, na perspectiva de apoio, cobrando da  
133 Gestão o envio do documento, uma vez que o Conselho já realizou tal cobrança. **Ludson** reforça que  
134 a mensagem que gostaria de passar é que a Gestão está se organizando para entrega antecipada do  
135 PPA e LDO, ao Conselho. No entanto, a Gestão está submetida ao Legislativo. **Maria Ivanete** pontua  
136 que o Conselho e Mesa Diretora já reiteraram, junto à Gestão o envio do PPA e LDO. Dessa forma,  
137 coloca em votação a proposta da conselheira **Durcilene** de officiar a Câmara e o Ministério Público,  
138 a fim de que esta solicite à Gestão os referidos documentos para apreciação do Conselho e não apenas  
139 uma apresentação. **Durcilene, Adriel, Diego Ferreira, Adenilsa e Marilane votam a favor da**  
140 **proposta. Luciana, Fabiana, Bruna, Karen, Ana, Livia, Jaqueline e Maria Ivanete votam contra**  
141 **a proposta, sendo reprovada.** **Durcilene** ressalta aos conselheiros que eles não são parceiros da  
142 Gestão, mas sim fiscais da Gestão. **Maria Ivanete** pontua que a Câmara e o Ministério Público devem  
143 ser acionados em casos extremos, o que ela considera que ainda não é o caso. Passando para o próximo  
144 ponto da pauta **Ludson** informa que tem havido uma dificuldade, desde 2024 com o contrato dos kits  
145 natalidades. Mesmo antes do esgotamento do benefício, já estavam se mobilizando. Esclarece que a  
146 compra é feita de item por item e não do kit pronto, o que torna mais difícil o orçamento dos itens,  
147 conforme prevê a Resolução. Ressalta que a partir do segundo semestre de 2025, houve um avanço  
148 no orçamento dos itens e a expectativa é de que entre outubro e novembro já saia a licitação e se

149 consiga efetivar o pregão. **Ana Paula** pontua que essa pauta de benefício com demanda reprimida é  
150 muito grave, porque as mães que estavam em uma situação vulnerável, que tiveram seus filhos,  
151 passaram pelo puerpério e primeira infância não conseguirão ser atendidas. Ressalta que a Gestão  
152 deverá informar ao Conselho a quantidade de mulheres que não foram atendidas em relação ao  
153 referido benefício. Pontua quanto dinheiro é gasto com eventos pela Prefeitura e um item básico e  
154 essencial não está disponível, podendo comprometer o cuidado e a higiene. **Durcilene** reforça a  
155 gravidade da pauta em discussão e apresenta que desde abril/2025 a demanda está reprimida no CRAS  
156 Noroeste. Pontua também a dificuldade de se ter a quantidade real da demanda reprimida, uma vez  
157 que as mulheres conversam na comunidade e uma pode dizer à outra que o kit natalidade não está  
158 disponível e, dessa forma, ela nem chega ao CRAS com tal demanda. Considera que se trata de uma  
159 escolha discricionária, tendo em vista que a Prefeitura consegue comprar o Kit de Natal. **Marilane**  
160 questiona se a unidade não poderia ficar responsável pelo valor do kit e realizar a compra, conforme  
161 a demanda. **Ludson** e **Maria Ivanete** explicam que os equipamentos não possuem fundo próprio e,  
162 por isso, não é possível tal alternativa. Explica que na saúde e na educação há um recurso previsto  
163 para situações emergenciais, porém na Assistência Social não há. **Ana Paula** ressalta que não é  
164 justificável a demanda reprimida do benefício pelo motivo de dificuldade de compra dos itens, uma  
165 vez que a Prefeitura possui uma estrutura administrativa robusta e já conhecem os trâmites. **Adriel**  
166 pontua que a aquisição do benefício é moroso, que há particularidades e individualidades de cada  
167 criança e seria interessante pensar em um benefício em pecúnia. **Ludson** pontua que a Gestão já pensa  
168 em tal perspectiva para todos os benefícios, porém o processo é complexo, devendo-se alterar a  
169 Resolução, se pensar em qual forma se dará a pecúnia, a saber PIX, cartão. Contudo, Ludson reforça  
170 que já encontra-se em estudo o repasse de benefícios via pecúnia. **Caroline** esclarece que as empresas  
171 não querem fornecer orçamento dos itens, o que dificulta o processo. Relata que uma abertura junto  
172 ao financeiro na solicitação de orçamento, facilitou o repasse deste. Diz que, além dos orçamentos,  
173 ainda há uma burocracia e dificuldade de logística para a entrega dos kits nos CRAS, além de não  
174 permitir à usuária que ela escolha os itens que ela gostaria de adquirir. **Ana Paula** considera  
175 importante rever a forma de concessão dos benefícios, assim como realizar a Revisão da Resolução  
176 nº 46, no entanto, pontuando que o Conselho deve-se ater, neste momento, ao fato do kit natalidade  
177 ter sido interrompido, de não haver uma mensuração real da dimensão do problema e, ainda de não  
178 haver uma previsão efetiva da normalização do kit. Sem tais dados, fica difícil para o Conselho pensar  
179 em deliberações e se pensar também, numa medida compensatória a ser adotada para fins de reparação  
180 às usuárias. **Diego Ferreira** relata que participou de uma discussão na Conferência de Assistência  
181 Social e o benefício em pecúnia foi uma demanda apresentada pelos usuários. **Maria Ivanete**  
182 pergunta a Ludson qual a dificuldade em estabelecer que o benefício seja concedido como no  
183 Programa Nova Renda, via cartão, como um complemento, por exemplo, para a usuária gestante.  
184 **Ludson** pontua que o município precisa se preparar para esse formato, uma vez que tal decisão gera  
185 uma série de consequências, a saber, nos serviços, na equipe técnica, na definição da forma de repasse,

na definição da operacionalização. Segundo Ludson, o município já realizou uma pesquisa de como Belo Horizonte, Betim e São Paulo, operacionalizam a pecúnia em relação aos benefícios. Entretanto, acredita que não houve avanço, por causa da eleição. **Ana Paula** propõe que, na próxima reunião, a Gestão apresente o quantitativo da demanda reprimida e o período de interrupção do Kit Natalidade, bem como a perspectiva de retomada do benefício. E, caso no prazo previsto, não haja regularização, em relação ao Kit Natalidade, o Conselho discutirá quais serão as deliberações. **Maria Ivanete** coloca em votação a ação de oficializar a Gestão em relação aos dados acerca do Kit Natalidade. Dulce pontua que a Resolução nº 46 prevê prazos para reestabelecimento do benefício, salvo engano em até 30 dias, neste benefício. No entanto, Ludson esclarece que, o que a Resolução prevê é a marcação da demanda reprimida, com prazo para que esta demanda seja atendida. **Maria Ivanete retoma a votação para oficializar a Gestão, acerca do Kit Natalidade, apresentando em ofício, o quantitativo da demanda reprimida, cronograma de restituição desta e, ainda, solicitação ao PROJU para priorizar este processo, considerando que trata-se de famílias vulneráveis, com direito interrompido e, ainda, envolvendo a primeira infância, o qual foi aprovado pela maioria.** **Maria Ivanete** inicia o próximo ponto de pauta e esclarece que há cargos em vacância na sociedade civil e é preciso formar uma Comissão Eleitoral para criar o Regimento Eleitoral e estabelecer o cronograma da eleição extemporânea. Kelma relata que normalmente são 4 membros. **Diego Ferreira, Adenilsa, Francisco e Diego se dispõem a fazer parte da referida Comissão.** Kelma ressalta que formará um grupo no *Whatsapp*, a fim de facilitar a comunicação dos membros da Comissão. Fala que são 7 vagas para candidatos suplentes, a saber: 3 vagas para representante de usuários, 3 vagas para representante de entidades e 1 vaga para representante de trabalhador. O Regimento Eleitoral deverá ser aprovado em Plenária. **Diego Ferreira** sugere que o Conselho utilize uma linguagem mais acessível e convidativa, a fim de que todos possam acompanhar, tendo em vista que é um grupo de participação social. Muitas vezes, há uma discussão anterior, não se entende o que está sendo falado e, por isso solicita um cuidado na explicação, principalmente por parte da Gestão, do conteúdo apresentado e explicado na Plenária. Ressalta a importância de se entender o que está sendo falado, até mesmo para quem chega pela primeira vez, a fim de se sentir pertencido ao grupo e não achar que aqui não é o seu lugar. **Maria Ivanete** pontua que o espaço está aberto para perguntas e dúvidas e qualquer questão será acolhida. **Ludson** reforça que é importante esclarecer e entender o que está sendo discutido, quantas vezes forem necessárias e caso o conselheiro não se sinta seguro para votar ele pode, inclusive se abster. **Ana Paula** ressalta a importância dos conselheiros também buscarem informações, a fim de criar mecanismos para se apropriar do conhecimento. Propõe que, em uma reunião menor, os conselheiros listem os principais problemas que identificam na atuação enquanto conselheiro e ainda apresente possíveis soluções para tais problemas. Dessa forma, tal levantamento serviria, inclusive, para a Gestão identificar o nível de problemas deste Conselho. **Fabiana** sugere que no momento da revisão do Regimento Interno do Conselho, se pensasse na criação da Comissão Local da Assistência e, conseqüentemente de uma Comissão Regional. **Maria Ivanete** sinaliza que levará tal ponto para a

223 Mesa Diretora. **Ludson** pontua que a mobilização local, no caso, seria função dos coordenadores do  
224 CRAS. **Diego Dias** pontua que não só o CRAS, mas a rede e parcerias também seriam responsáveis  
225 pela mobilização local. **Maria Ivanete** prossegue a reunião passando aos informes. Informa que o  
226 Chamamento nº 07/2025 está suspenso e não há o que deliberar, neste momento. Explica que o que  
227 Fórum dos Trabalhadores – FTSUAS enviou uma denúncia dizendo que o Chamamento nº 07  
228 ameaçava questões referentes a ações privativas deste Conselho. A comissão do FTSUAS deliberou  
229 por solicitar a impugnação do referido chamamento e, neste momento, ele encontra-se suspenso.  
230 **Durcilene** pontua que mesmo estando suspenso os trâmites do edital permanecem e pode a SEMDS  
231 analisar e entender que não existe irregularidade, prosseguindo com o edital. Reforça que o edital  
232 possui muitas irregularidades, principalmente no que diz respeito a atribuições não delegáveis e o  
233 mais grave seria a falta de isonomia entre as entidades. Coloca-se à disposição, para quem quiser  
234 compreender o que o FTSUAS está propondo. Pede, ainda, que tal matéria seja encaminhada ao  
235 Ministério Público, para este realizar a avaliação acerca das possíveis irregularidades, ou não. **Ana**  
236 **Paula** questiona se o Termo de Referência do referido edital foi passado pelo Conselho. **Maria**  
237 **Ivanete** responde que não passou. **Ana Paula** ressalta que não é possível opinar sobre um edital do  
238 qual não se apreciou o Termo de Referência. **Durcilene** reitera a importância de encaminhar ao  
239 Ministério Público, a fim de que este avalie acerca das irregularidades. **Maria Ivanete** pontua que  
240 está havendo uma mistura em relação aos espaços FTSUAS e CMAS. **Ana Paula** propõe que o  
241 FTSUAS apresente ao Conselho as irregularidades apresentadas no Edital nº 07/2025 e o Conselho,  
242 então, delibere pela denúncia ou não. **Maria Ivanete** pergunta a Kelma se o Conselho recebeu a  
243 impugnação do edital, o que **Kelma** responde que o Conselho recebeu a denúncia das irregularidades  
244 acerca do edital. Segundo Kelma, um conselheiro viu no Portal da Transparência e trouxe,  
245 informalmente, a informação. **Maria Ivanete** coloca em votação, o encaminhamento da denúncia do  
246 Edital 07/2025, ao Ministério Público. **Adriel** pontua que acha importante compreender,  
247 primeiramente, acerca das irregularidades apontadas pelo FTSUAS. **Ana Paula** considera que seria  
248 relevante o FTSUAS apresentar, primeiramente, as irregularidades. **Maria Ivanete** retoma a votação,  
249 acerca do encaminhamento da denúncia do Edital 07/2025, ao Ministério Público, o que **Adenilsa**,  
250 **Fabiana e Maria Ivanete, Durcilene** votam a favor do referido encaminhamento. **Diego, Adriel**,  
251 **Jaqueline, Ana Paula, Livia Fernanda**, se abstém da votação. E votam contra **Luciana e Cláudio**.  
252 **Sendo então aprovado o referido encaminhamento. Maria Ivanete coloca em votação a**  
253 **apresentação do FTSUAS sobre as irregularidades do Edital 07/2025 na Plenária do CMAS, o**  
254 **que todos concordam, exceto Maria Ivanete, que se abstém.** **Ludson** informa que o aluguel social  
255 teve um aumento, passando de R\$ 880,00 para o valor de R\$ 954,00. Dulce sugere que as equipes  
256 sejam informadas. **Kelma** pontua que o CMAS está com a secretária executiva de férias e a outra  
257 vaga está descoberta e, provavelmente a secretária não terá tempo hábil para fazer os ofícios  
258 deliberados na plenária de hoje, antes da próxima reunião. **Maria Ivanete** pontua que foi um ganho  
259 a discussão de tantas pautas e deliberações de ofícios. No entanto, há de se considerar a limitação da

260 Secretaria Executiva do CMAS, neste momento. **Maria Ivanete** passa ao informe sobre a  
261 possibilidade de mudança de horário das reuniões o que, neste momento, não é possível, uma vez que  
262 há apenas uma secretária executiva e o horário de trabalho desta é o período da tarde. **Maria Ivanete**  
263 informa sobre a alternância de locais e a sugestão é de que haja rotatividade nos CRAS, dos locais de  
264 reuniões do CMAS. Informa que será programado carro, em caso de locais mais distante. Em seguida,  
265 Maria Ivanete encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, **Wilma Patrese Sifuentes Sales**  
266 **Abreu**, lavrei a presente ata, que, após lida em plenária e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

---

**Maria Ivanete Luiz dos Santos**  
**Presidente do CMAS-NL**

---

**Adenilsa Lopes de Queiroz**  
**1ª Secretária do CMAS-NL**

---

**Karen Flávia Figueiredo Batista**  
**2ª Secretária do CMAS-NL**

---

**Ana Paula Silveira Lima**

---

**Adriel Isac Leite Oliveira**

---

**Bruna Laponez da Silveira**

---

**Cláudio Geraldo Augusto**

---

**Daniela Aparecida Batista Horta**

---

**Diego Dias de Castro**

---

**Durcilene Regina Teles**

---

**Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios**

---

**Francisco Lourenço Araújo**

---

**Jaqueline Patrícia Roberto**

---

**Lívia Izabela Martins Garcia**

---

**Lívia Fernanda Firmino**

---

**Luciana Aparecida P. O. Loyola**

---

**Marilane Quaresma da Costa Teles**

---

**Diego Ferreira Vieira**